

Neste número n. 3 (2014) do Boletim do Observatório Social e do Trabalho apresentam-se dados e reflexões sobre pobreza e segregação

socioespacial no Maranhão com base em dados do IBGE (2011).

POBREZA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO MARANHÃO

Na presente seção, *Em Foco*, trata-se da pobreza na sua relação com o processo de segregação socioespacial no Maranhão. De acordo com Lefebvre (1975), o espaço é historicamente produzido pelos sujeitos sociais à medida que estes organizam política e economicamente a sua sociedade. A distribuição do espaço urbano explica, portanto, as relações conflitantes entre o capital e o trabalho, determinando as expressões de poder projetadas territorialmente e as práticas socioespaciais inscritas nesse espaço.

Ainda segundo Lefebvre (1999), os resultados do processo histórico de urbanização materializam-se em formas de sociabilidades perpassadas por efeitos contraditórios, modos de vida específicos, no contexto dos quais se consolidam novas necessidades sociais. Um dos resultados desse movimento é a segregação socioespacial. Trata-se de um processo em que as frações mais empobrecidas da sociedade, em busca de alternativas para viver, passam a ocupar as áreas consideradas menos nobres da cidade, constituídas por morros, áreas alagadas, vãos de pontes, viadutos, entre outros. Isso tem repercutido na dinâmica socioespacial através dos processos de periferização das áreas urbanas mediante a ampliação dos denominados aglomerados subnormais¹.

No caso do Brasil o resultado do processo de produção do espaço urbano expressa a realidade de uma das sociedades mais desiguais do mundo², onde o direito à moradia digna nunca se concretizou para milhões de trabalhadores e suas famílias.

De fato, apesar da existência de medidas governamentais expressas em políticas públicas voltadas para a questão da habitação, essas não foram capazes de equacionar o histórico e persistente déficit de moradias, tampouco a extinção das formas de ocupações irregulares e

precárias, as denominadas submoradias ou sub-habitações e os *aglomerados* onde estas se situam e que são expressões da segregação socioespacial presente, em maior ou menor proporção, em todas as cidades brasileiras. De acordo com Fagnani (2014, p.1),

[...] o ponto em comum da experiência da ditadura militar e dos governos democráticos (1985-2012) é que as sucessivas políticas se mostraram inacessíveis às famílias situadas nas classes de rendimento mensal familiar per capita inferior ou igual a três salários mínimos.

Em dezembro de 2011, o IBGE divulgou os dados referentes aos aglomerados subnormais do país, contemplando informações sobre população, domicílios, serviços e alguns indicadores sociais (composição da população por sexo e idade, analfabetismo, rendimento).

O referido estudo demonstra que o Maranhão possuía 87 aglomerados subnormais, o que representa 9,9% do total do Nordeste e 2,8% do Brasil. No estado como um todo são 91.786 domicílios particulares ocupados (d.p.o.) em aglomerados subnormais, que representam 5,5% do total de d.p.o. do estado. Os municípios em que se localizam tais aglomerados são: São Luís (39), São José de Ribamar (27), Timon (8), Paço do Lumiar (7) e Raposa (6).

Os dados relacionados à situação municipal mostram que, em São José de Ribamar, 44,3% dos domicílios (18.866 d.p.o.) estão localizados em aglomerados subnormais; em Raposa o percentual é de 24,7% (1.648 d.p.o.); em São Luís é 22,3% (61.845 d.p.o.); em Timon é de 14,8% (5.989 d.p.o.); e em Paço do Lumiar é de 12,8% (3.468 d.p.o.).

Destaca-se que em São Luís se encontra o quinto maior aglomerado subnormal do país, em relação à quantidade de domicílios particulares

ocupados - o Coroadinho-, com 14.278 d.p.o.

A **Tabela 1** mostra os aglomerados subnormais de São Luís.

Tabela 1 – Ranking dos aglomerados subnormais do município de São Luís - por domicílios particulares ocupados

Ordem	Aglomerados subnormais	d.p.o.* em A.S.	População residente em d.p.o. em A.S.	Média de moradores em d.p.o. em A.S.	Ordem	Aglomerados subnormais	d.p.o.* em A.S.	População residente em d.p.o. em A.S.	Média de moradores em d.p.o. em A.S.
	Maranhão	91.786	348.074	3,8		Maranhão	91.786	348.074	3,8
	São Luís	61.845	232.912	3,8		São Luís	61.845	232.912	3,8
1	Coroadinho	14.278	53.945	3,8	21	Irmãos Coragem	547	2.368	4,3
2	Vila Embratel	6.244	23.506	3,8	22	São Francisco	484	1.908	3,9
3	Vila Luizão	5.868	22.353	3,8	23	Tamancão	473	1.789	3,8
4	Vila Janaína	4.450	16.596	3,7	24	Jaracati	460	1.759	3,8
5	Vila Isabel Cafeteira	3.717	14.107	3,8	25	Santa Bárbara	418	1.595	3,8
6	Vila São Luis	2.570	9.733	3,8	26	Vila Itamar	415	1.680	4,1
7	Sá Viana	2.467	9.460	3,8	27	Vila Vitória	413	1.520	3,7
8	Santa Clara	1.892	7.211	3,8	28	Resid. Pontal da Ilha	398	1.361	3,4
9	Ilhinha	1.876	6.901	3,7	29	Vila Alexandra	349	1.198	3,4
10	Divinéia	1.669	6.326	3,8		Tavares			
11	Coroado	1.529	5.815	3,8	30	Alemanha	337	1.423	4,2
12	Novo Angelim	1.265	4.805	3,8	31	Jaracaty	330	1.312	4,0
13	Gapara	1.262	4.678	3,7	32	Vila Conceição II	303	1.111	3,7
14	Vila Gancharia	1.241	4.565	3,7	33	Sá Viana	282	1.050	3,7
15	Vila Nova	1.112	4.011	3,6	34	Liberdade	244	828	3,4
16	Vila Mauro Fecury I	1.068	4.076	3,8	35	Alto da Esperança	231	937	4,1
17	Fé em Deus	790	3.001	3,8	36	Santa Rosa	206	874	4,2
18	Resid. do Careca	786	2.366	3,0	37	Mangue Seco	169	648	3,8
19	Camboa	780	3.029	3,9	38	Portelinha	115	350	3,0
20	Vila Maria Aragão	693	2.320	3,4	39	Santa Júlia	114	397	3,5

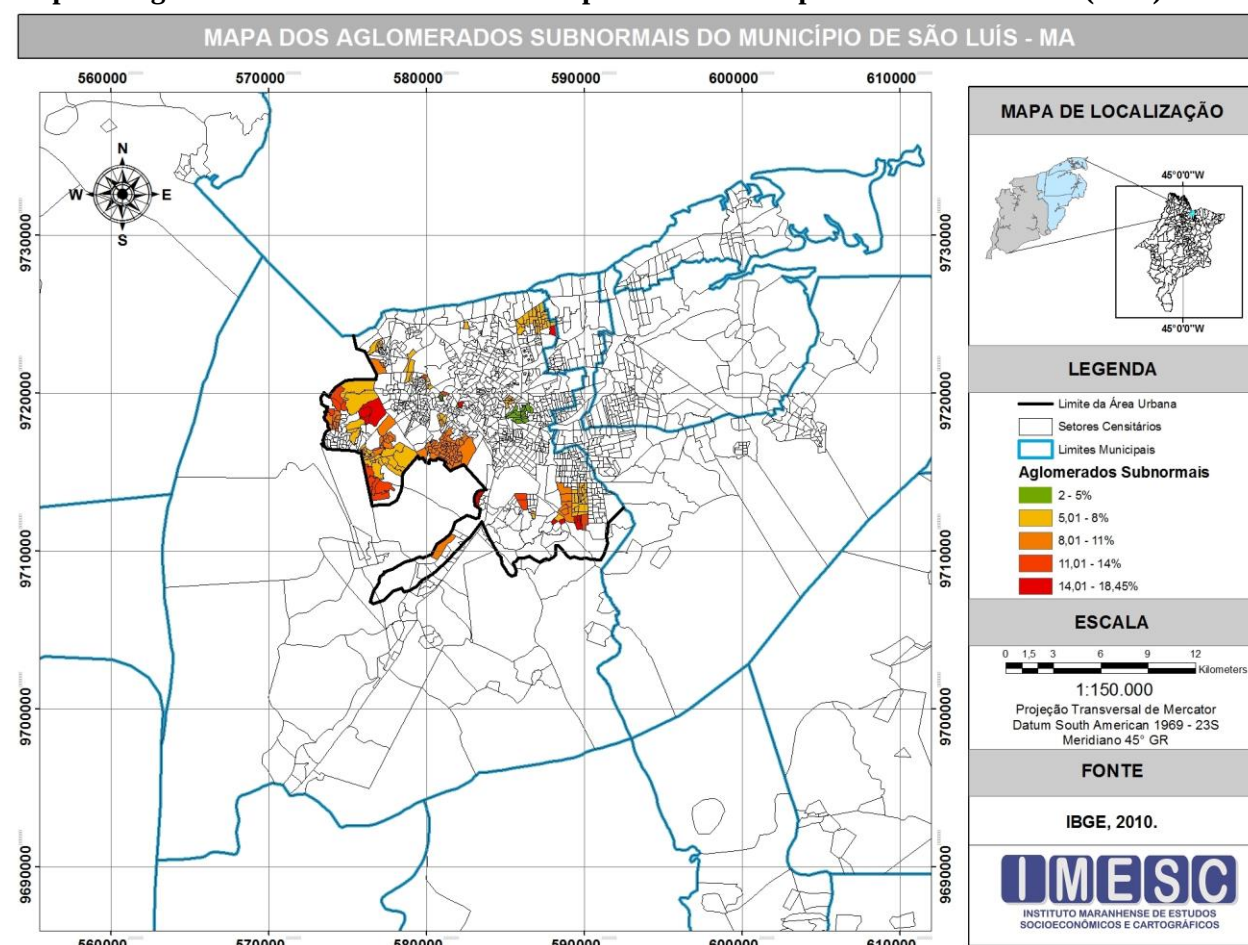
Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010:** aglomerados subnormais – primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2011.

Nota: * d.p.o. - Domicílios particulares ocupados

Conforme o IBGE, São Luís possui 20% da população residindo em aglomerados subnormais, o que corresponde a 232.912 pessoas vivendo em condições extremamente precárias. Estudo realizado pelo IMESC (MASULLO; NASCIMENTO; CARVALHO, 2012) indica que os aglomerados de São Luís são comumente nominados de áreas de invasão/ocupação tais como: Ilhinha, Portelinha, Janaína e Sá Viana; vilas (Embratel, Isabel Cafeteira, São Luís e

Itamar), palafita (São Francisco, Camboa e Mangue Seco), entre outros.

O **Mapa 1** mostra a localização dos setores censitários que correspondem aos aglomerados subnormais no município de São Luís. Nestes setores é que se encontram o maior número de pessoas em situação de pobreza do município, demonstrando a existência de processos de segregação urbana.

Mapa 2 - Aglomerados subnormais do município de São Luís - por setores censitários (2010)

Fonte: (IBGE, 2011).

É nesses aglomerados que crescentes segmentos populacionais, constituídos, sobretudo, de trabalhadores empobrecidos, encontram espaço para residir. Nesse sentido, a capital do Maranhão apresenta um processo desordenado de expansão urbana, acentuado, sobretudo, nas últimas décadas em face dos investimentos advindos da instalação dos projetos minero-metalúrgicos e da exportação dos produtos do agronegócio, particularmente a soja.

A situação do Maranhão, em especial, de sua capital – São Luís, expressa o fato de que no Brasil o processo de intervenção estatal é pouco consistente, não só em termos da operacionalização de políticas de habitação, como em termos de regulação do mercado imobiliário por meio da implantação de mecanismos legais que definam regras para a apropriação e uso da terra e modos de vida urbana: leis, códigos de

posturas, zoneamento e proposição de políticas públicas urbanas (moradia, transporte público, saneamento básico).

Em síntese, pode-se afirmar que, no Brasil, o Estado tem sido um sujeito decisivo na produção das desigualdades sociais e da segregação socioespacial, na medida em que historicamente tem desenvolvido políticas que favorecem o capital mobiliário e as classes de rendas mais altas, mas não equacionam a questão do solo urbano e nem a problemática da moradia popular.

REFERÊNCIAS

FAGNANI, Eduardo. Política Habitacional. In: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de Políticas Públicas**. São Paulo: Fundap, 2014. Versão Digital.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E

ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010:** aglomerados subnormais – primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2011.

LEFEVBRE. Henri. **De lo rural a lo urbano.** Barcelona: Ediciones Península, 1975.

_____. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999. Cap. 1 e 2.

MASULLO, Yata; NASCIMENTO, Talita; CARVALHO, Dionatan;. Desenvolvimento desigual e a produção do espaço no município de São Luís – Ma. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ESTADO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO, 1., 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2012. Trabalho produzido no contexto do IMESC.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS. **Estado de las Ciudades de América Latina y el Caribe 2012:** rumbo a una nueva transición urbana. Nairobi, Kenia, 2012. Disponível

em: <www.onu.org.br/cidades-al-caribe-2012/>. Acesso em: 27 maio 2014.

Notas:

¹ O IBGE considera um aglomerado um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

² De acordo com estudo do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT, 2012), apesar de sua posição como sexta maior economia do mundo e de ter avançado na redução da pobreza relativa em áreas urbanas, comparando-se 2009 com os dados das últimas duas décadas, o Brasil ainda é o quarto país mais desigual da América Latina e do Caribe. Considerando-se que a América Latina se mantém como a região do mundo com maior desigualdade de renda, O país está à frente apenas da Guatemala, Honduras e Colômbia, todos com coeficiente acima de 0,56, com base no índice de Gini.

Profa. Dra. Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira (Pesquisadora do GAEPP)

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa de Araújo (Pesquisadora do GAEPP)

Profa. Dra. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa (Pesquisadora do GAEPP)

MS. Talita de Sousa Nascimento (Pesquisadora do GAEPP)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza – GAEPP